

OITANTE APRESENTA RESULTADOS DE 64 MILHÕES DE EUROS E DISTRIBUI DIVIDENDO AO FUNDO DE RESOLUÇÃO

7 de junho de 2023

O Fundo de Resolução aprovou no dia 5 de junho, em reunião da Assembleia-Geral da Oitante, o relatório e contas daquela sociedade, relativo ao exercício de 2022.

Em 2022, a Oitante registou um resultado líquido de 64 milhões de euros, cumprindo o sétimo ano consecutivo com resultados positivos. Desde a sua constituição, em dezembro de 2015, a Oitante acumula lucros de 210 milhões de euros.

O ano de 2022 ficou também marcado pela conclusão do processo de reembolso da dívida obrigacionista da Oitante. A emissão de 746 milhões de euros, realizada em 2015 e com vencimento em dezembro de 2025, foi reembolsada integralmente mais de três anos antes da data do seu vencimento, o que extinguiu a responsabilidade do Fundo de Resolução enquanto garante desse financiamento, bem como a responsabilidade do Estado Português, enquanto prestador de uma contragarantia.

Na Assembleia-Geral da Oitante foi ainda aprovada a distribuição ao Fundo de Resolução de um dividendo de 32 milhões de euros, antes de impostos.

Trata-se da segunda distribuição ao Fundo de Resolução, depois da entrega realizada em 2020, de 15 milhões de euros, antes de impostos.

Fruto dos resultados acumulados desde 2015, os capitais próprios da Oitante – que é detida a 100% pelo Fundo de Resolução – ascendem a 199 milhões de euros.

Recorda-se que os valores obtidos e a obter pelo Fundo de Resolução pela sua participação no capital da Oitante contribuirão para a redução dos prejuízos de 489 milhões de euros suportados por este Fundo na resolução do BANIF e serão utilizados no reembolso da dívida do próprio Fundo de Resolução, nomeadamente perante o Estado.



O Fundo de Resolução felicita os órgãos sociais e os trabalhadores da Oitante pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados conseguidos ao longo dos últimos anos, em especial no ano de 2022.

A Oitante mantém um importante património sob sua responsabilidade, pelo que se mantém também o grau de exigência que tem sido requerido à sociedade na gestão dos ativos que lhe estão confiados, com vista à maximização do seu valor.